



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
ACRE  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Bujari
Processo:	07003938320198010010
Classe do Processo:	Petição
Data/Hora:	02/03/2020 07:30:59

**Partes**

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

**Documentos**

Petição:	2639258_IMPUGNACAO_AO _LAUDO_PERICIAL_PROTO COLADA_01 - 1-4.pdf
----------	---



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BUJARI/AC

Processo: 07003938320198010010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA JOSE ALVES IMPOTI**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **OXF3810**, de propriedade da parte autora.

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
**DETRAN - AC**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**  
 Nº 013855018331  
 VIA: 01 Cód. RENAVAM: 00994778082 R.N.T.C.: 2017  
 MARIA JOSE ALVES IMPOTI  
 Nro Lacre: AC0000604291  
 CPF / CNPJ: 004.444.652-78 PLACA: OXF3810  
 PLACA ANT / UF: OXP3810 - AC 9C2KC1680ER472155  
 ESPÉCIE TIPO: PAS/MOTOCICLO/NAO APLICA COMBUSTIVEL: ALCO/GASOL  
 MARCA / MODELO: HONDA/CG150 FAN ESDI ANOS FAB: 2013 ANO MO: 2014  
 CAP / POT / CL: 2P/0149CC/ CATEGORIA: PARTICU COR / FUNDOMINANTE: VERMELHA  
 COTA ÚNICA: VENC. COTA ÚNICA: 1ª \*\*\*\*\* 2ª \*\*\*\*\* 3ª \*\*\*\*\*  
 PAGA L.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS: \*\* PAGO COTA ÚNICA \*\*  
 PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): 11 R\$0.71 R\$185.5 DATA DE PAGAMENTO: 10/12/2017  
 OBSERVAÇÕES: AL.FID. ADM. DE CONS. NAC. GAZIN LIDA \* BEN. TRIBUTÁRIO \*  
 Bujari-AC 13/12/2017

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAU - SEGURO DPVAT**  
**AC Nº 013855018331 BILHETE DE SEGURO DPVAT**  
 ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
 www.seguradoralider.com.br  
 SAC DPVAT 0800 022 1204  
 EXERCÍCIO: 2017 DATA EMISSÃO: 13/12/2017  
 VIA: 01 CPF / CNPJ: 004.444.652-78 PLACA: OXF3810  
 RENAVAM: 00994778082 MARCA / MODELO: HONDA/CG150 FAN ESDI  
 ANO FAB: 2013 COTA ÚNICA: 9 9C2KC1680ER472155  
**PRÊMIO TARIFÁRIO**  
 R\$81.29 R\$9.03 R\$90.33  
 CUSTO DO BILHETE (R\$): R\$4.15 CUSTO DO SEGURO (R\$): R\$0.7 TOTAL SEGURO (R\$): R\$185.5  
 PAGAMENTO: COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE OUTAÇÃO: 04/12/2017  
**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**  
 CNPJ 08.248.808/0001-04

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Conforme telas abaixo, podemos verificar que o pagamento referente ao seguro fora efetuado somente em novembro/2018, bem depois do acidente.

**Sua busca por placa: OXP3810 UF: AC CATEGORIA: 09\***

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
[-]	2018	R\$185,50	Quitado	
Data Pagamento		Valor Pago		
01/11/2018		R\$185,50		
[+]	2017	R\$185,50	Quitado	
[+]	2016	R\$292,01	Quitado	
[+]	2015	R\$292,01	Quitado	
[+]	2014	R\$292,01	Quitado	
[+]	2013	R\$28,16	Quitado	

(\*) Motocicleta

Voltar

Imprimir

Além do mais, o vencimento para pagamento do seguro dpvat foi em 31/08/2018.

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício	UF	Final da Placa	Categoria(Salva mais)	Pagamento	
2018	AC	0	9	À vista	

**Categoria: 9**

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
0	31/08/2018	SIM	31/08/2018	31/10/2018
AC: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2018				

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.


No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Temos ainda, a vítima não apresentou invalidez permanente segundo perícia realizada em fase administrativa

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA				
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3190204231	Cidade: Bujari	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: MARIA JOSE ALVES IMPOTI	Data do acidente: 08/09/2018	Seguradora: Investprev Seguradora S/A		
<b>PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA</b>				
Data da análise: 13/05/2019				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA PATELA ESQUERDA.				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LIMPEZA E SUTURA, ALTA MÉDICA.				
Sequelas permanentes:				
Sequelas: Sem sequela				
Conduta mantida:				
Quantificação das sequelas:				
Documentos complementares:				
Observações: DESCRIÇÃO CIRÚRGICA PÁG. 15				
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.				
<b>DANOS</b>				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos, portanto, não são passíveis de indenização.

O laudo pericial judicial atestou debilidade de 50% no joelho esquerdo, que corresponde segundo a tabela de gradação do seguro DPVAT o valor de R\$ 1.687,50.

b) ☒ **Parcial** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em que se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redenção introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

**Segmento Anômico**

1ª LESÃO: Lesão contusa com laceração de partes moles em joelho esquerdo.

R:

☐ 10% Residual    ☐ 25% Leve    ☒ 50% Média    ☐ 75% Intensa    ☐ 100% Total.

Observações: Havendo mais de quatro sequelas permanentes quantificadas, especifique a respectiva gradação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

R:

Rio Branco-AC, 24 de Janeiro de 2020.

Dr. Italo Maia Vieira  
Médico Legista  
CRM/AC- 1500



Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente e a ausência de cobertura por se tratar de proprietário inadimplente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BUJARI, 28 de fevereiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/AC 3988

**DIEGO PAULI**  
4550 - OAB/AC